

EPISTEMOLOGIA REFORMADA, ANULADORES E EVIDENCIALISMO

REFORMED EPISTEMOLOGY, DEFEATERS AND EVIDENTIALISM

Bruno Henrique Uchôa ()*

RESUMO

A Epistemologia Reformada de Alvin Plantinga é um esforço para mostrar que alguém pode sustentar uma crença apropriadamente básica em Deus, isto é, sem precisar dar razões evidenciais para sua crença. Conquanto isto seja verdade para crenças formadas em circunstâncias favoráveis, existem determinadas circunstâncias que dificultam a formação de crenças teístas. Tais circunstâncias desfavoráveis podem anular a crença teísta de alguém e, neste caso, eu argumentarei que ela só poderá ser restaurada por meio de razões evidenciais que anulem o argumento ateuista. Razões evidenciais como aquelas apresentadas pelo teísmo evidencialista.

PALAVRAS-CHAVE: Alvin Plantinga, Epistemologia Reformada, Anuladores e Evidencialismo.

ABSTRACT

The Reformed Epistemology of Alvin Plantinga is an effort to show that one can sustain a belief in God properly basic, that is, without giving evidential reasons for their belief. While this is true for beliefs formed under favorable circumstances, there are certain circumstances that hinder the formation of theistic beliefs. These unfavorable circumstances can to defeat theistic belief of someone and in this case, I will argue that it can only be restored through evidential reasons that defeat the atheistic argument. Evidential reasons as those presented by the evidentialist theism.

KEY-WORDS: *Alvin Plantinga, Reformed Epistemology, Defeaters and Evidentialism.*

INTRODUÇÃO

A reivindicação central de Alvin Plantinga é que a crença em Deus é básica, mais que isto, ela é *apropriadamente* básica. Grosso modo, uma crença é básica quando alguém que a sustente não precise fazer isto baseado em um argumento ou evidências que a apoiem. Neste caso, evidência não é uma exigên-

(*) Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua nas áreas de Epistemologia contemporânea e Filosofia analítica da Religião. E-mail: brunogwood@hotmail.com

cia *necessária* para racionalidade. O conceito de racionalidade, para Plantinga, está, em um dos sentidos, relacionado ao conceito de garantia epistêmica. Ao passo que sustenta que alguém não necessita de evidências para sustentar racionalmente sua crença em Deus, Plantinga admite em sua explicação de garantia epistêmica o que ele chama de sistema de anuladores. Falando vagamente, um anulador pode ser uma evidência que mina a racionalidade que alguém tem para sustentar determinada crença. Segue-se daí que existem determinadas circunstâncias em que a crença em Deus sustentada por alguém pode ser anulada por evidências contrárias.

Mas como alguém poderia restaurar a crença original depois que ela foi anulada? Eu argumentarei que a única possibilidade é através da noção de um anulador que mina outro anulador, ou seja, uma contra-evidência que cancela a evidência anuladora primária. Se meu argumento for bem sucedido, então ao passo que Plantinga admite um sistema de anuladores em sua explicação de garantia epistêmica, segue-se que, ao contrário de sua reivindicação, sua posição faz concessões evidencialistas. Isto abre margem para o teísmo evidencialista como praticado por filósofos como Richard Swinburne e William Lane Craig como complemento a sua proposta de Epistemologia Reformada.

Na seção I, eu mostrarei a gênese da proposta de Plantinga que deu origem a Epistemologia Reformada numa resposta ao desafio ateu de Antony Flew. Na seção II, eu apresentarei a explicação de garantia epistêmica fornecida por Plantinga, além de mostrar como sua teoria de garantia epistêmica é aplicada à sua filosofia da religião, onde tenta frear a eficácia dos desafios ateístas de Karl Marx e Sigmund Freud. Na seção III, eu mostrarei como a ideia de um sistema de anuladores, ao contrário do que pretende Plantinga, traz implicações evidencialistas para sua explicação. Se isto for assim, a Epistemologia Reformada e o teísmo evidencialista devem ser vistos como complementares e não como epistemologias religiosas conflitantes.

1 O DESAFIO DE FLEW E A EPISTEMOLOGIA REFORMADA DE PLANTINGA

Em 2001, o filósofo ateu, Quentin Smith, lamentava o fato de o teísmo ter ganhado força, enquanto, na contramão, a secularização ateu vinha perdendo cada vez mais força dentro da filosofia acadêmica. Smith aponta como motivo principal para isto, a influência poderosa dos trabalhos de Plantinga

como *God and Other Minds* (1967) e *The Nature of Necessity* (1974), onde argumenta em favor da racionalidade da crença teísta. Os escritos de Plantinga influenciaram uma geração grandiosa de filósofos teístas. Para Smith, o que Plantinga fez é quase sem paralelo, pois mostrou que o teísmo é academicamente respeitável, elevando a defesa teísta ao mais alto nível da filosofia analítica. Segundo Smith, Plantinga pode ser colocado no patamar de nomes como G. E. Moore, Bertrand Russell e Rudolf Carnap (SMITH, 2001).

Ainda duas décadas antes, mais precisamente, em 1980, a *Time Magazine* (PLANTINGA, 1980) já apontava Plantinga como o líder de uma revolução intelectual que estava fazendo com que a crença religiosa ganhasse mais respeitabilidade acadêmica. Três anos depois, ele publicaria *Reason and Belief in God* (1983) seu trabalho mais influente em filosofia da religião que deu o ponto de partida ao movimento que ficou conhecido como *Epistemologia Reformada*. Ali, Plantinga tenta, entre outras coisas, dá uma resposta ao desafio ateu de Antony Flew.

Em *The Presumption of Atheism* ([1976], 2010), Flew sustentou que além de questionarmos a racionalidade do teísmo, ele também deve ser considerado falso até que alguém, apoiado em evidências, argumente afirmativamente e convincentemente a favor de tal posição. A necessidade da apresentação de evidências tem uma implicação mais profunda. Flew acredita que conhecimento é crença verdadeira mais a posse de razões. Estas razões para a crença devem ser apresentadas em termos evidenciais. Alguém que não apresenta tais razões, mesmo que tenha uma crença verdadeira sobre algo, terá uma crença sem o *status* de conhecimento. Assim, o teísta não teria que apenas sustentar uma crença verdadeira, pois ela poderia ser verdadeira apenas acidentalmente ou por mero acaso, ele deve também dar razões para sua crença. Deste modo, o teísta deveria lidar com estas duas reivindicações:

- 1) Não é racional aceitar a crença em Deus sem razões ou evidências suficientes;
- 2) Não temos qualquer evidência ou prova suficiente para acreditarmos que Deus existe.

Respostas a reivindicação (2) são dadas através dos argumentos do teísmo evidencialista. Estes argumentos são construídos através de evidência pública, ou melhor, evidência avaliável publicamente (SWINBURNE, 2010). Um exem-

plo de teísmo evidencialista é a *Teologia Natural* praticada pelos Escolásticos. O projeto de Plantinga, contudo, é o de fornecer uma resposta à reivindicação (1) sem que necessariamente (2) necessite ser respondida. O compromisso de Plantinga não é com uma epistemologia religiosa evidencialista, mas com uma epistemologia religiosa exercida sob alguns pilares da teologia protestante. Por isto, foi batizada de *Epistemologia Reformada*¹.

Em sua resposta, Plantinga começa notando que a reivindicação (1) associa a racionalidade da crença em Deus com a apresentação de evidências para esta crença. Mas esta é uma associação correta? Não adotamos diversas crenças na vida cotidiana que consideramos racionais e não temos a menor evidência para elas? Considere um sujeito excessivamente cético. Suponha que ele sustenta que não *sabe* o que comeu no almoço há duas horas. Ele até *lembra-se* de ter comido lentilha com arroz integral, frango em cubos e agrião. Mas ele continua sustentando que não sabe o que comeu, alegando que o mundo pode ter sido criado 5 minutos atrás com todas as suas memórias implantadas para fazê-lo crer que existiu um passado. Tudo o que ele olha o faz crer que existiu um passado: as montanhas estão se desintegrando, a biblioteca de sua casa está cheia de livros empoeirados. Contudo, nosso amigo cético ainda se apega a sua crença de que o mundo pode ter sido criado 5 minutos atrás com as coisas aparentando serem velhas como as montanhas se desintegrando e os livros empoeirados. Este cético tem qualquer evidência que desqualifique sua crença de que não houve um passado? Nenhuma sequer. No entanto, diríamos que este sujeito não é racional em sustentar tal crença. Não temos evidências para assegurar infalivelmente que existiu um passado, mas sustentamos a crença de que, de fato, houve um passado e consideramos nossa crença racional. Além disto, acreditamos que nossa crença de que há um mundo externo é racional, mas sabemos desde Descartes que não podemos oferecer qualquer evidência infalível para isto.

Mas se somos racionais em sustentar certas crenças sem termos evidências para ela, por que não seríamos racionais em sustentar a crença teísta? Aqui o objetor evidencialista recua até Descartes e Locke. O programa epistemológico fornecido por ambos ficou conhecido como *fundacionismo clássico*. Para

¹ São duas as razões desta nomenclatura: primeiro porque esta epistemologia religiosa foi estabelecida por um grupo de professores do Calvin College que, além do próprio Plantinga, incluía William Alston, Nicholas Wolterstorff e George Mavrodes. A segunda razão é que, com exceção de Alston que era anglicano, eles endossavam princípios reformados ou calvinistas (PLANTINGA, 2010, p.674).

um fundacionista à la Descartes, como não podemos dar razões infinitas para nossas crenças, deve haver algo que pare este regresso infinito². Estas são as crenças básicas, ou seja, aquelas crenças que não precisam de razões ou justificação por meio de inferência de outras crenças. As crenças básicas são automaticamente justificadas. Elas são o fundamento de nosso conhecimento e todas as outras crenças, ditas não-básicas, ou são justificadas diretamente por elas ou estão numa cadeia inferencial que retrocede a elas. Mas não pode ser a crença em Deus, ela mesma básica ou mesmo *apropriadamente* básica para àquele que a sustenta? Qual o critério para a basicidade apropriada das crenças?

Uma crença é *apropriadamente* básica por duas razões: ela é básica para o indivíduo, ou seja, ele não a aceita baseado na evidência de outras crenças; e também o indivíduo está dentro de seus direitos epistêmicos em sustentá-la, ou seja, ele não é irresponsável, nem viola nenhum dever epistêmico quando sustenta tal crença. Além disto, a crença *apropriadamente* básica se dá quando ela é *certa* para mim. Existem dois tipos delas: o primeiro tipo é o de proposições incorrigíveis (aquelas sobre meus próprios estados mentais) como *parece que vejo uma mesa*. Suponha que eu esteja enganado. Eu estou sofrendo de uma alucinação e nenhuma mesa se encontra em minha frente. Ainda assim, é certo que eu estou tendo *a sensação* de estar vendo uma mesa. Mesmo que minha crença seja falsa, meu estado mental de que estou tendo tal sensação é sempre verdadeiro e, portanto, incorrigível. O segundo tipo é formado por proposições auto-evidentes como $2 + 2 = 4$. As crenças não-básicas, deste modo, devem ser aceitas na base de um destes dois tipos de proposições. Agora, dirá o objetor evidencialista, a crença em Deus não é nem de um tipo nem de outro. Ela não é sobre meus próprios estados mentais, portanto, não é incorrigível, nem é auto-evidente. Se este é o caso, ela é *não-básica* e precisa ser sustentada por outras crenças mais básicas. Se o teísta não acredita nelas apoiado em tais crenças mais básicas, sua crença em Deus é irracional.

² O conhecido problema do regresso foi originalmente formulado pelo cético Agripa visando mostrar quão problemática é a tentativa de justificar nossas crenças. Ele formulou o problema por meio de um trilema: quando tentamos dar razões para nossas crenças ou (i) sempre teremos razões a dar para cada crença, o que acarretará em um regresso *ad infinitum* ou (ii) paramos em um ponto de forma arbitrária e dogmática ou (iii) justificamos a crença como um sistema, onde uma se baseia na outra de forma que tal justificação é circular. Nenhuma destas possibilidades é elogiável e os céuticos pirrônicos diziam que em face disso deveríamos suspender o juízo. O fundacionista tenta solucionar o problema aceitando uma forma ligeiramente diferente de (ii). Ele dirá que o regresso deve ter fim em uma determinada crença, mas ela não é nem arbitrária, nem dogmática. Ela é um fundamento seguro com justificação própria. No caso de Descartes, este fundamento seria o *cogito*.

É exatamente contra este critério estrito que a Epistemologia Reformada volta sua artilharia. Mesmo que se conceda que proposições auto-evidentes ou incorrigíveis sejam apropriadamente básicas e que a crença em Deus não se enquadre em nenhum dos dois tipos, por que supor que estes são os únicos tipos de proposições que são apropriadamente básicas? O epistemólogo reformado que sustenta sua crença em Deus como o Ser onipotente, onisciente, onipresente, completamente bom e amoroso reivindica que ela é apropriadamente básica. Primeiro porque uma crença como *Estou sentindo a presença de Deus* é certa para mim, pois é certo que eu estou tendo tal sensação e segundo que, dado minha sensação de Deus, eu não estou descumprindo nenhum dever epistêmico em sustentar tal crença. Além disto, o objetor evidencialista é incoerente ao sustentar que temos o dever de crer em crenças não-básicas apenas com base em evidências e ao mesmo tempo sustentar um critério tão estrito para a basicidade apropriada das crenças. O próprio critério sofre do problema da auto-referência, já que a proposição *Crenças apropriadamente básicas são ou incorrigíveis ou auto-evidentes*, não é ela mesma nem auto-evidente nem incorrigível. Neste caso, ele é apenas um critério arbitrário que mostra certa forma de imperialismo. Certamente, isto não prova a existência de Deus, mas dado que o indivíduo não está descumprindo nenhum dever epistêmico, ele pode continuar sustentando sua crença em Deus racionalmente. Deste modo, para Plantinga, a reivindicação (1) levantada por Flew é falsa, pois alguém pode racionalmente acreditar que Deus existe³ sem que seja necessário apresentar razões evidenciais para sua crença.

2 A EXPLICAÇÃO DE GARANTIA EPISTÊMICA

‘Racionalidade’ é um termo traiçoeiro. Várias acepções são dadas para tal termo, mas existe uma dupla distinção de importância proeminente na epistemologia: racionalidade interna e racionalidade externa. O termo comum na literatura correlato a racionalidade interna é justificação (*justification*) e correlato a racionalidade externa é garantia (*warrant*). Plantinga reconhece que sua explicação sobre a racionalidade da crença teísta naquele primeiro momento,

³ Deve ser salientado que não é exatamente a proposição *Deus existe* que é contada como apropriadamente básica, mas proposições do tipo: *Deus perdoa os meus pecados*, *Eu sinto a presença de Deus*. Claro que tais crenças partem da suposição que Deus exista, mas, em última instância, são elas que na verdade são apropriadamente básicas.

em *Reason and Belief in God*, era interna, pois a objeção era internalista. Contudo, mais tarde, ele irá reivindicar que se verdadeira, a crença teísta, também tem racionalidade externa (PLANTINGA, 2000).

Devemos, então, qualificar o que é internalismo e externalismo. Falando vagamente, um internalista é aquele que sustenta que temos algum tipo de acesso interno especial àquilo que justifica nossas crenças, ou seja, alguém apenas por reflexão tem acesso às razões de que ele dispõe para sustentar determinada crença. Desde Platão acreditava-se que conhecimento era crença verdadeira justificada ou crença verdadeira mais a posse de razões como sustenta Flew. Contudo, bem antes de Flew, mais exatamente em 1963, Edmund Gettier em um artigo clássico de apenas três páginas que mudou os rumos da epistemologia contemporânea mostrou que ter uma crença verdadeira justificada não é suficiente para o conhecimento. Isto se dá porque alguém pode, por exemplo, ter uma crença verdadeira que tem justificação, mas foi inferida de uma crença falsa. Deste modo, sua crença é verdadeira apenas por acidente cognitivo ou mero acaso. Sua crença é verdadeira por sorte, mas ele não possui conhecimento (GETTIER, 1963). Assim, alguém pode ter evidências para sustentar determinada crença estando, portanto, justificado, não descumprir nenhum dever intelectual e, ainda assim, não possuir conhecimento.

Tendo enfraquecido a tradição internalista, a crítica de Gettier fez surgir no cenário epistemológico recente, tentativas de explicações externalistas para o conhecimento⁴. Assim, para o externalista, conhecimento é crença verdadeira garantida, onde garantia epistêmica é definida como aquilo que transforma a mera crença verdadeira em conhecimento (PLANTINGA, 1993a, p.4). O externalista não apela para o acesso interno, ele dirá que a reflexão não é necessária para que alguém tenha conhecimento, mas basta que as fontes de conhecimento, das quais um indivíduo não necessita estar ciente, estejam funcionando confiável ou apropriadamente. Entre as fontes de conhecimento tradicionais (também chamadas de processos, mecanismos ou faculdades cognitivas) a que o externalista apela, estão: memória, testemunho e percepção. Alguém pode ter garantia suficiente para o conhecimento ao confiar no testemunho de alguém, bastando para isto que a testemunha tenha garantia, ou seja, quando ela não está mentindo, por exemplo.

⁴ Pode-se dividir ainda diversos tipos de internalismo e externalismo. Os dois podem variar de quatro modos pelo menos: eles podem ser de justificação ou garantia ou ser forte ou fraco. Eu não tenho espaço aqui para tratar de tais questões e devemos ficar com as definições mais genéricas para os nossos propósitos. Para as variações, Bergmann (1997) pode ser consultado.

Mas em que consiste a garantia epistêmica? Plantinga elenca algumas condições para que alguém tenha garantia para sua crença: (i) as faculdades cognitivas estão funcionando apropriadamente, (ii) num ambiente adequado para seu funcionamento⁵, (iii) almejando a verdade e (iv) a probabilidade estatística de que a crença formada neste ambiente seja verdadeira é alta. Além disto, o indivíduo deve sustentar sua crença com um elevado grau de firmeza, ou seja, um grau suficiente para o conhecimento (PLANTINGA, 1993b, p.46-47). Por exemplo, eu confio mais em minha memória recente do que em minha memória remota. Assim, crenças de hoje de manhã seriam sustentadas por mim mais firmemente do que crenças de 20 anos atrás. O grau de garantia delas varia dependendo do grau de firmeza com que eu as sustento. Assim, na explicação externalista ou de garantia epistêmica de Plantinga, o que importa, principalmente, é a *função apropriada* das faculdades cognitivas

Agora estamos prontos para ver melhor a diferença entre racionalidade interna ou justificação e racionalidade externa ou garantia quando aplicada a racionalidade da crença teísta. Enquanto racionalidade interna tem a ver com cumprir o dever intelectual e refletir sobre as razões disponíveis para determinada crença, racionalidade externa tem a ver com o bom funcionamento de nossas faculdades cognitivas. Ter racionalidade externa é ter um mecanismo cognitivo funcionando apropriadamente. Por outro lado, ser externamente irracional é ter um mecanismo cognitivo patologicamente confuso, que não funcione bem ou que tenha algum dano. Claro, a irracionalidade externa pode ser episódica, alguém que sofre de uma disfunção em determinado momento, pode recuperar o bom funcionamento de suas faculdades cognitivas posteriormente⁶. Alguém que toma medicamentos de uso controlado, por exemplo, pode ter suas faculdades cognitivas funcionando de modo inapropriado para crenças formadas até duas horas depois do uso do medicamento. Os efeitos colaterais neste período de duas horas são: o retardamento dos reflexos, o que o impossibilita de dirigir, e certa confusão mental, o que faz com que forme crenças esdrúxulas. Contudo, passado às duas horas em que o medicamento age, as faculdades cognitivas do sujeito retornam ao seu funcionamento apropriado.

⁵ Esta cláusula sofreu severas críticas obrigando Plantinga a reformulá-la por duas vezes, mas este ponto não exerce qualquer tipo de influência no meu argumento porvir. Para uma análise mais detalhada sobre tais reformulações, o capítulo 3 de minha dissertação pode ser consultado (UCHÔA, 2011).

⁶ Plantinga (2000, p.110) acredita que existe também um tipo de racionalidade *interna* com relação à função apropriada das faculdades cognitivas. Mais uma vez, eu estou usando apenas as distinções mais genéricas que serão relevantes aqui.

Agora, em que aspecto a diferenciação entre justificação e garantia ou entre racionalidade interna e externa lança luz sobre nossa discussão da racionalidade da crença teísta? Como visto na seção anterior, a crença teísta possui racionalidade interna. Aquele que a sustenta está dentro de seus direitos intelectuais em assim fazer, ele não descumpra nenhum dever epistêmico mesmo que não dê razões para sua crença, pois ele a sustenta de modo apropriadamente básico. Mas aquele que sustenta a crença teísta tem racionalidade externa? Karl Marx e Sigmund Freud acreditam que não. Para Marx, a religião surge de uma consciência de mundo deturpada. O religioso é aquele que tem disfunção cognitiva. Suas faculdades cognitivas não funcionam apropriadamente, elas não são saudáveis. Falando mais diretamente, para Marx, aqueles que sustentam crenças religiosas são insanos. Se este é o caso, eles violariam a condição (i) que Plantinga elenca como necessária para garantia epistêmica.

Já para Freud, o motivo de alguém sustentar crenças religiosas é se refugiar do mundo cruel em que vive, tentando se apegar em alguma esperança ilusória para dar sentido ao mundo. Assim, as crenças teístas surgem visando o conforto psicológico, elas se levantam por meio de faculdades cognitivas com pensamento desejoso e não por faculdades cognitivas almejando a verdade. Desse modo, alguém que sustenta sua crença em Deus estaria violando a condição (iii) que Plantinga elenca como necessária para garantia. Portanto, de acordo com as críticas de Marx e Freud, a crença teísta não tem garantia epistêmica, elas são frutos de faculdades cognitivas com mau funcionamento e que não almejam a verdade, mas sim o conforto psicológico. Se a crença teísta não tem garantia epistêmica, ela não tem racionalidade externa e, destarte, alguém que a sustente o faz irracionalmente. A conclusão para eles é que a crença teísta é falsa.

Agora, que argumento Marx e Freud dá para suas afirmações? Simplesmente não existe nenhum bom argumento. Eles apenas fazem afirmações. O fato é que as coisas poderiam muito bem estar invertidas. Plantinga apresenta o modelo Aquino/Calvino como um exemplo de crença teísta especificamente cristã. Uma releitura de sua proposta inicial de Epistemologia Reformada. Na idéia cristã, o pecado corrompeu nossas faculdades cognitivas. De acordo com Calvino, todos os homens têm o testemunho interno do Espírito Santo. Calvino o chama de *sensus divinitatis* que é “uma disposição ou conjunto de disposições para formar crenças teístas em várias circunstâncias” (PLANTINGA, 2000, p.173). Para Plantinga, o *sensus divinitatis* é uma faculdade cognitiva que nos foi implantada por Deus como foram a percepção e a memória, mas o

sensus divinitatis tem a função de nos fornecer crenças sobre Deus. Claro, há circunstâncias que facilitam a formação de crenças teístas como observar os céus estrelados, estar na igreja cantando hinos de adoração a Deus; mas há também circunstâncias que dificultam a formação de crenças teístas, como, por exemplo, quando alguém pára pra pensar sobre o mal no mundo ou mesmo pelo efeito do próprio pecado que afetou nossa estrutura noética.

O pecado compromete e enfraquece nosso conhecimento natural de Deus. Para restaurar o *sensus divinitatis* ao seu funcionamento apropriado é necessário a instigação interna do Espírito Santo, a idéia apresentada por Aquino. Esta instigação regeneraria o *sensus divinitatis* para formar crenças teístas e, especificamente, cristãs (PLANTINGA, 2000, p.184). Dado que este modelo é possível, se a crença cristã for verdadeira, este modelo é muito provavelmente verdadeiro. E se este modelo for verdadeiro, ao contrário do que pensavam Marx e Freud, são aqueles que sustentam crenças ateístas que possuem faculdades cognitivas com mau funcionamento. Suas faculdades estão corrompidas pelo pecado. Além do mais, a acusação de Freud é um claro exemplo de falácia genética. Este é um tipo muito peculiar de erro que tenta desmerecer uma crença baseando-se na origem dela. Mesmo que a crença teísta fosse originada por meio de satisfação do desejo ou conforto psicológico (o que eu não acredito que seja o caso), isto não implica que ela seja falsa⁷.

Freud, por exemplo, não acusa a crença teísta diretamente de não ter garantia epistêmica. Ele primeiro assume que ela é falsa e que por ser produzida por pensamento desejoso, infere que ela não tem garantia epistêmica. Claro, se ela for falsa, ela não tem garantia, pelo menos não suficiente para o conhecimento. Deste modo, o que Plantinga chama de questão *de jure* (se a crença em Deus tem garantia ou racionalidade externa) não é independente da questão *de facto* (se a crença em Deus é ou não verdadeira). Não tem como dizer que sustentar a crença em Deus é irracional sem antes demonstrar que ela é falsa. A questão é que Marx e Freud não argumentam que a crença teísta é falsa, eles apenas assumem isto de saída. Mas isto não é adequado. Deste modo, podemos concluir que as críticas *de jure* (afirmar que a crença teísta é irracional) produzidas por Marx e Freud são dependentes de seus pressupostos ateístas. Rejeite esta pressuposição e todo o resto desmorona.

⁷ Claro, poderia implicar que ela não tem garantia, mas não que ela é falsa. Contudo, implicar que ela não possui garantia, ainda assim, não é uma conclusão necessária (PLANTINGA, 2000, p.197-198).

3 IMPLICAÇÕES EVIDENCIALISTAS NA EPISTEMOLOGIA REFORMADA

Um seguidor de Freud pode objetar que ao passo que Plantinga não pretende estabelecer o valor de verdade da crença teísta, ele também não pode estabelecer se ela tem garantia epistêmica ou racionalidade externa. Isto não só é verdade, como o próprio Plantinga admite isto. Contudo, ele pensa não ser um problema para sua posição, já que ele apenas propõe estabelecer em que condições se dão a racionalidade externa da crença teísta e não estabelecer se a crença teísta é verdadeira. A proposta de Plantinga se assemelha mais a uma apologética negativa do que a uma positiva. Tudo o que ele pretende estabelecer é que um ateu não está em condições de determinar que a crença teísta e, mais especificamente, a cristã, é irracional se ele antes não demonstrar que ela é, de fato, falsa.

Há candidatos no mercado que tentem determinar a falsidade da crença teísta? Se houver tal candidato ele pode servir de anulador da crença teísta. Neste ponto, entra em cena uma especificação geralmente ignorada na obra de Plantinga como um critério de garantia epistêmica: um sistema de anuladores⁸. A defesa até aqui é de que a crença teísta pode ter garantia suficiente ao conhecimento na ausência de anuladores. Mas o ateu replicará que existem anuladores para a crença teísta que a tornam falsa e, este sendo o caso, ela não tem garantia. Estes anuladores podem vir sobre a crença de alguém por “exposição social, maturação mental e educação” (SUDDUTH, 1999, p.169).

Plantinga considera cinco candidatos ao posto de anuladores da crença teísta, especificamente, a crença cristã: as teorias projetivas de Marx e Freud, a alta crítica bíblica, o pós-modernismo, o pluralismo religioso e o problema evidencial (ou probabilístico) do mal. Ele argumenta que nenhum destes candidatos é bem-sucedido como anulador e segue-se daí que não há anuladores para a crença cristã. Aqui, eu penso que Plantinga falha em fazer uma qualificação de anuladores. Eu considero pelo menos dois tipos: *anuladores proposicionais* são aqueles que anulam proposições sustentadas pelo sujeito tenha ele ou não consciência de tais proposições e *anuladores doxásticos* que são aqueles que passam a ser cridos pelo sujeito alterando seus estados mentais⁹.

⁸ Nem todo mundo ignorou isto. Embora a maioria dos críticos de Plantinga não tenha colocado o sistema de anuladores como uma das condições de garantia, há exceções (SUDDUTH, 1999; RULOFF, 2000; RULOFF, 2003; BERGMANN, 2006, cap.6).

⁹ Bergmann (2006) faz distinção semelhante de anuladores. Ele distingue os tipos mais genéricos em anuladores proposicionais e anuladores de estados mentais. Já Plantinga faz distinção entre

Agora suponha que Jonas acredita na proposição *Deus é Todo-Poderoso e bondoso*. Contudo, ele tem contato com uma literatura ateísta sobre o problema lógico do mal. Jonas começa a pensar sobre o problema do sofrimento e do mal e desiste de crer na proposição *Deus é Todo-Poderoso e bondoso*. Suponha também que a reflexão de Jonas é inteiramente ingênua sobre o assunto, ele desconhece toda a apologética cristã e nunca leu o capítulo 9 de *The Nature of Necessity* escrito por Alvin Plantinga que até os ateus consideram como uma resposta definitiva ao problema lógico do mal. Jonas não tem qualquer tipo de sofisticação intelectual deste nível. O fato é apenas que ele muda seu estado mental de crer na proposição *Deus é Todo-Poderoso e bondoso* e agora descreer nesta proposição. Aqui, parece que a sugestão de Plantinga só está em parte correta, mas ela não captura toda a situação. Podemos dizer que a literatura consultada por Jonas não serve como anulador para a proposição *Deus é Todo-Poderoso e bondoso*. No entanto, ao passo que sua leitura não serve como um anulador proposicional¹⁰, ela serve como um anulador doxástico, já que ela muda o estado mental de Jonas que passa da crença para a descrença. Assim, eu concordo com Plantinga que não há anuladores proposicionais para a crença cristã, afinal, não existe nenhum argumento ateísta bem-sucedido. Mas é fato que existem anuladores doxásticos para a crença cristã, afinal de contas, vemos em nossa experiência cotidiana que pessoas simplesmente abandonam a sua crença em Deus quando estão em circunstâncias desfavoráveis. Alguém, então, que aceita a crença em Deus como básica em certas circunstâncias pode não mais aceitá-la como básica em circunstâncias adversas.

anuladores internos e externos como parte do projeto intencionado por Deus para nossas faculdades cognitivas. Entre os internos estão: *anulador refutante*, onde S desiste da crença que p e aceita uma crença incompatível com p e *anulador destruidor*, onde S desiste de sua crença que p sem necessariamente aceitar uma crença incompatível com p (PLANTINGA, 1993b, p.40-42 e PLANTINGA, 2000, p.359). Estes anuladores são razões para desistir de uma crença. Deste modo, são anuladores de racionalidade interna. Estas razões fariam com que alguém que refletisse sobre elas, deixasse de afirmar a crença que sustenta. Anuladores de racionalidade externa ou de garantia tomam lugar quando uma crença é formada sem preencher as condições de (i)-(iv) elencadas por Plantinga.

¹⁰ Alguém poderia objetar que uma experiência não serve como anulador proposicional, mas apenas proposições fazem tal trabalho. Contudo, deve-se salientar que a experiência de Jonas fornece uma nova proposição para ele que é *Deus NÃO é Todo-Poderoso e bondoso*. O ponto a ser notado é que ela não funciona como anulador proposicional porque existe uma literatura apologética que Jonas não conhece que a torna ineficaz para ser candidata a anulador. Contudo, do ponto de vista doxástico, ela é um anulador não-anulado. Se Jonas viesse a conhecer tal literatura ele continuaria a não ter um anulador proposicional, mas, além disto, poderia ver que não existem bons argumentos para mudar seu estado mental de crer na proposição *Deus é Todo-Poderoso e bondoso*.

Parece-me que Plantinga concordaria com minha distinção entre anuladores proposicionais e doxásticos, embora ele não afirme isto diretamente. Bergmann informa isto como resultado de uma conversa particular com Plantinga (BERGMANN, 1997, p.-405-406). Além disto, veja como Plantinga endossa ideia parecida:

Muitos crentes em Deus têm sido educados a crer, mas então encontram anuladores potenciais. Eles têm lido livros escritos por céticos, foram informados do argumento ateuológico do mal, ouviram dizer que a crença teísta é apenas uma questão de satisfação de desejo ou apenas um meio pelo qual a classe sócio-econômica mantém outra na servidão. Estas circunstâncias constituem-se anuladores potenciais para a justificação da crença teísta. Para o crente permanecer justificado, algo mais deve ser acrescentado – algo que anule prima facie os anuladores. Várias formas de apologética teísta servem para esta função (entre outras) (PLANTINGA, 1983, p.84, grifo do autor).

Plantinga fala aqui de anuladores potenciais porque ele não pensa que eles sejam anuladores de fato. Se, por exemplo, alguém conhecesse a literatura relevante sobre o assunto não creria nele como um anulador. Mas claro, como no nosso exemplo de Jonas, há possibilidade de alguém vir a crer nestes anuladores. Como dito, embora não sejam anuladores proposicionais ou anuladores de fato, eles são anuladores doxásticos ou anuladores potenciais, pois podem levar alguém da crença para a descrença. Estes anuladores são razões para deixar de crer. E como o próprio Plantinga sugere na passagem acima, qual o modo de se anular um anulador como este? Tal modo se dá quando alguém está em posse de razões para recuperar a crença. Como nós vimos, estas razões não são nada mais nada menos do que evidências para levar alguém a crer ou descrever. Se este é o caso, então a inclusão de um sistema de anuladores nas condições de garantia epistêmica de Plantinga tem implicações evidencialistas. Pois se evidências podem desempenhar um papel negativo em levar alguém da crença para a descrença, o único modo para remediar a situação é que elas também desempenhem um papel positivo servindo como contra-evidência para levar alguém da descrença de volta à crença.

Agora recorde a reivindicação (1) de Flew: *Não é racional aceitar a crença em Deus sem razões ou evidências suficientes*. Ela agora deveria ser qualificada para se tornar eficaz.

(1') Não é *externamente* racional aceitar a crença em Deus sem razões ou evidências suficientes *quando estamos em circunstâncias desfavoráveis*.

Eu concordo com a proposta de Plantinga de que a crença em Deus - ou, para ser mais exato, crenças sobre Deus - é apropriadamente básica em determinadas circunstâncias, mas penso que nas circunstâncias desfavoráveis ela necessitaria de um complemento. Lembre-se que Plantinga afirma que a questão *de jure* não é independente da questão *de facto*, ou seja, não podemos dizer que a crença teísta, mais especificamente, a crença cristã é irracional sem antes demonstrarmos que ela é falsa. O contrário também valeria: não podemos demonstrar que ela é *externamente*¹¹ racional sem mostrar que ela é verdadeira. Mas a proposta de Plantinga não apresenta nenhuma sugestão para mostrar que a crença cristã é verdadeira, embora apresente sugestões para mostrar que não há anuladores que a tornem falsa.

Em circunstâncias desfavoráveis, a Epistemologia Reformada de Plantinga deveria ser complementada com o teísmo evidencialista nos moldes praticados por Richard Swinburne e William Lane Craig¹² que têm sistemas apoloéticos para defender a crença cristã de argumentos ateístas. Enquanto a Epistemologia Reformada serviria como uma espécie de apoloética cristã negativa, o teísmo evidencialista poderia servir como uma apoloética cristã positiva¹³. O próprio Swinburne lamenta o fato de Plantinga não ter se engajado em mostrar se de fato a crença cristã tem ou não racionalidade externa e, se, conseqüentemente, ela é verdadeira¹⁴. Claro, Plantinga tem todo o direito de não se aventurar em tais questões, mas por nosso argumento, sua proposta não é completa sem o teísmo evidencialista. Não que evidências sejam em geral necessárias para alguém sustentar sua crença em Deus, mas em algumas circunstâncias, naquelas em que há anuladores doxásticos, elas são essenciais. Portanto, ao invés de ver a Epistemologia Reformada e o teísmo evidencialista como conflitantes podemos vê-los apenas como empreendimentos complementares de epistemologia religiosa.

¹¹ Digo 'externamente racional' porque é fácil ser internamente racional. Dado a sugestão de Foley (1987), seremos internamente racionais quando aplicarmos nossos padrões epistêmicos mais profundos. Estes são padrões pessoais, subjetivos e não padrões objetivos. Devemos para isto intentar crer em verdades e evitar crer em falsidades.

¹² Confira, por exemplo, o argumento cosmológico e o argumento dos milagres de Swinburne (2004) e o argumento cosmológico *kalam* e o argumento da ressurreição de Jesus de Craig (2008).

¹³ Por 'negativa' e 'positiva' aqui eu quero dizer apenas que uma tem a função de desmontar argumentos contra, enquanto a outra forneceria argumentos em prol da crença cristã. Claro que o teísmo evidencialista poderia também desempenhar algum papel negativo em tentar minar argumentos contrários.

¹⁴ Swinburne e Plantinga debateram sobre a relevância de racionalidade e evidências públicas (SWINBURNE, 2001; PLANTINGA, 2001; SWINBURNE e PLANTINGA, 2001).

CONCLUSÃO

A epistemologia religiosa de Plantinga é firmada em bases calvinistas. Assim, como o reformador João Calvino, ele acredita que alguém está dentro de seus direitos epistêmicos em sustentar a crença em Deus como básica porque seu *sensus divinitatis* forma tais crenças, ou seja, alguém não precisa estar em posse de razões evidenciais para sustentar sua crença em Deus. Ele admite que tais crenças são formadas em circunstâncias favoráveis, mas por causa do pecado, nosso conhecimento natural de Deus foi enfraquecido e em circunstâncias desfavoráveis alguém pode deixar de formar crenças teístas. Plantinga sugere que tais circunstâncias são dadas por meio de anuladores, mas que eles têm apenas eficácia potencial, não real contra a crença teísta, mais especificamente, a crença cristã. Eu endossei moderadamente tal reivindicação. Eu argumentei que argumentos ateológicos não se constituem anuladores proposicionais, mas são anuladores doxásticos. Eu também penso que Plantinga não discordaria de tal conclusão. Mas se este é o caso, a inclusão de um sistema de anuladores em sua proposta tem implicações evidencialistas. Assim, do modo em que uma evidência pode anular a crença em Deus de *S*, seria necessário um anulador para este anulador, ou uma contra-evidência para restaurar a crença em Deus de *S*. Mas a proposta de Plantinga não apresenta nenhuma tentativa de fornecer evidências em favor da crença em Deus e, deste modo, o teísmo evidencialista, aquele praticado nos moldes de Richard Swinburne e William Lane Craig seria eficaz neste tipo de tarefa. Destarte, ao invés de ver estes dois tipos de epistemologia religiosa como conflitantes poderíamos passar a vê-las como dois lados de uma mesma moeda.

REFERÊNCIAS

BERGMANN, Michael. "Internalism, Externalism and the No-Defeater Condition". *Synthese*, vol. 110, 1997, p.399-417.

_____. *Justification without Awareness: A Defense of Epistemic Externalism*. New York: Oxford University Press, 2006.

CRAIG, William Lane. *Reasonable Faith: Christian Faith and Apologetics*. 3.ed. Wheaton: Crossway Books, 2004.

FLEW, Antony. "The Presumption of Atheism". In: TALIAFERRO, Charles, DRAPER, Paul, QUINN, Philip (orgs.). *A Companion to Philosophy of Religion*. 2 ed. Chichester: Wiley-Blackwell, (1976) 2010, p.451-457.

FOLEY, Richard. *The Theory of Epistemic Rationality*. London: Harvard University Press, 1987.

GETTIER, Edmund. "Is true justified belief knowledge?" *Analysis*, vol.23:6, 1963, p.121-123.

PLANTINGA, Alvin. *God and Other Minds: A Study of the Rational Justification of Belief in God*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1967.

_____. *The Nature of Necessity*. New York: Oxford University Press, 1974.

_____. "Religion: Modernizing the Case for God", *Time Magazine*, Monday, April 07, 1980. Disponibilizado neste endereço: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,921990-3,00.html>

_____. "Reason in Belief in God". In: PLANTINGA, Alvin and WOLTERSTORFF, Nicholas (eds.) *Faith and Rationality*. Notre Dame: University Notre Dame Press, 1983, p.16-93.

_____. *Warrant: The current debate*. New York: Oxford University Press, 1993a.

_____. *Warrant and proper function*. New York: Oxford University Press, 1993b.

_____. *Warranted Christian Belief*. New York: Oxford University Press, 2000.

_____. "Rationality and Public Evidence: A Reply to Richard Swinburne". *Religious Studies*, vol. 37, 2001, p.215-222.

_____. "Reformed Epistemology". In: TALIAFERRO, Charles, DRAPER, Paul, QUINN, Philip (orgs.). *A Companion to Philosophy of Religion*. 2 ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010, p.674-680.

RULOFF, Colin. "Some remarks on Bonjour on Warrant, Proper Function and Defeasibility". *Principia*, vol. 4:2, 2000, p.215-228.

_____. "Evidentialism, Warrant, and the Division of Epistemic Labor". *Philosophia*, vol. 31:1-2, 2003, p185-203.

SMITH, Quentin. "The Metaphilosophy of Naturalism". *Philo*, vol.4:2, 2001.

SUDDUTH, Michael. "The Internalist Character and Evidentialist Implications of Plantingian Defeaters". *International Journal for Philosophy of Religion*, vol.45, 1999, p.167-187.

SWINBURNE, Richard. "Plantinga on Warrant". *Religious Studies*, vol. 37, 2001, p.203-214.

_____. "Evidentialism". In: TALIAFERRO, Charles, DRAPER, Paul, QUINN, Philip (orgs.). *A Companion to Philosophy of Religion*. 2 ed. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010, p.681-688.

_____. *The Existence of God*. 2.ed. New York: Oxford University Press, 2004.

SWINBURNE, Richard and PLANTINGA, Alvin. “Swinburne and Plantinga on Internal Rationality”. *Religious Studies*, vol. 37, 2001, p.357-358.

UCHÔA, Bruno Henrique. *Sobre garantia e acidentalidade das crenças na Epistemologia de Alvin Plantinga*. Dissertação de Mestrado, João Pessoa: UFPB, 2011.

Recebido em 30/10/2011
Aprovado em 07/11/2011